



Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. CNPJ: 09.024.809/0001-28 Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021: Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as DFs da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Cia." ou "PCH Rio do Braço"), correspondentes ao exercício findo em 31/12/2021, com as respectivas notas explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes em cumprimento às disposições legais e estatutárias. Histórico: A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Cia. anônima de capital fechado, constituída em 23/08/2007. A Cia. tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos. Ela se conecta ao sistema regional de distribuição, na tensão de 25 kV, através de linha de uso restrito com 8 quilômetros de extensão, interligada na "Linha Metalúrgica" da Light, concessionária de distribuição, que por sua vez está conectada na subestação de Rio Claro, no município de Rio Claro. A PCH está localizada rio do Braço, na divisa dos municípios de Rio Claro (RJ) e de Bananal (SP). O eixo da barragem e a casa de força ficam no RJ, em Lídice, distrito do município de Rio Claro, já o reservatório formado pelo barramento compreende terras do município de Rio Claro e de Bananal, estado de SP e possui área total de 0,03653 hectare e uma Área de Preservação Permanente (APP) de 15 metros de largura. O empreendimento: O projeto teve início em 2002, com a constituição da empresa Cia. Energética Serra da Carocá, que contratou a empresa projetista MEK Engenharia e Consultoria LTDA para o desenvolvimento do projeto. Posteriormente, no dia 7/08/2008, o projeto foi vendido para o Fundo de Investimentos FIP Brasil Energia, gerido pelo Banco BTG Pactual, que construiu o empreendimento, com início das obras em 2009. A Cia.

foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6/01/2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Braço, com 11.520 kW de potência instalada. Através do contrato nº 1155418 de 7/12/2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A. anteriormente denominada Light ESCO-Prestação de Serviços Ltda. a Cia. formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º/02/2011 a 31/12/2025. Em janeiro de 2021, o controle da PCH Rio do Braço foi transferido para o BTG Pactual. Dendizados Infra (BDIV11), Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Localização



Licenciamento Ambiental: A Cia. obteve todas as Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto. Conforme destacadas abaixo: Licença Prévia (LP), emitida pelo IBAMA em 2006; Licença de Instalação (LI), emitida pelo IBAMA em 2007; Licença de Operação (LO), emitida pelo IBAMA em 2011, e a renovação da LO foi em 2016 com validade de 8 anos. Financiamento: Em 30/09/2020, a Cia.

assinou contrato de financiamento no valor de R\$ 20.000 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: Data de Entrada do Recurso: 30/09/2020 - Prazo: 58 parcelas, com pagamentos mensais sem carência. Taxa: IPCA + 5,05%a.a. Em conjunto com a CCB, a Cia. contratou operação de swap de índices, junto ao Banco Itaú S.A. e/ou suas afiliadas, através de uma nota de negociação ("SWAP"), com início em 30/09/2020 e com as seguintes características: Valor Fixo: R\$ 20.000 - Prazo e Fluxo: mesmo da CCB - Vencimento: 15/07/2025 - Fator de correção CDI, percentagem 100% - Taxa de juros exponencial - 3,70% a.a. Desempenho Econômico-Financeiro: Abaixo um resumo dos principais n.ºs. da Cia.: Balanço Patrimonial: Ativo circulante: 3.802; Caixa e equivalentes de caixa: 57; TVM: 2.043; Concessionárias e permissionárias: 1.595; Despesas antecipadas: 24; I.R. retido na fonte: 38; Outros ativos: 45; Não circulante: 63.575; TVM: 1.319; Imobilizado: 54.212; Intangível: 8.044. Total do ativo: 67.377. Passivo circulante: 8.415; Fornecedores: 254; Financiamentos: 4.224; Dividendos a pagar: 2.272; Compensação ambiental: 99; Impostos e contribuições a recolher: 83; I.R. e C.S.: 163; Instrumentos financeiros: 1.097; Outros passivos: 203; Não circulante: Financiamentos: 10.690; Patrimônio líquido: 48.272; Capital social: 35.432; Reserva legal: 2.138; Reserva de retenção de lucros: 3.888; Reserva especial: 6.814. Total do passivo e patrimônio líquido: 67.377. Agradecimentos: A Administração demonstra seu agradecimento aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2021 foram possíveis através do comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração

Table with columns: Balanços patrimoniais, Nota, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Ativo, Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, TVM, Concessionárias e permissionárias, Despesas antecipadas, I.R. retido na fonte, Outros ativos, Não circulante, TVM, Imobilizado, Intangível, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido, Circulante, Fornecedores, Financiamentos, Dividendos a pagar, Compensação ambiental, Impostos e contribuições a recolher, I.R. e C.S., Instrumentos Financeiros, Outros passivos, Não circulante, Financiamentos, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva legal, Reserva de retenção de lucros, Reserva especial.

Table with columns: Demonstrações do resultado, Nota, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas líquidas, Custo sobre serviços prestados, Lucro bruto, Despesas operacionais, Outras receitas, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Receita Financeira, Despesa Financeira, Resultado Financeiro, Lucro antes do I.R. e da C.S., I.R. e C.S., Lucro Líquido do exercício, Resultado por ação.

Table with columns: Demonstrações do resultado abrangente, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Lucro líquido do exercício, Resultado abrangente total.

Table with columns: Demonstrações das mutações do patrimônio líquido, Ca-pital social, Re-serva legal, Reser-va de lucros, Dividendos adicionais propostos, Lucros acumulados, Total. Rows include Em 31/12/2019, Lucro líquido do exercício, Constituição de reservas, Dividendos adicionais propostos, Dividendos propostos, Em 31/12/2020, Pagamentos dos dividendos sobre lucros anteriores, Lucro líquido do exercício, Constituição de reservas, Dividendos adicionais propostos, Dividendos mínimo obrigatório, Em 31/12/2021, Demonstrações dos fluxos de caixa, Fluxos de caixa das atividades operacionais, Lucro Líquido do Exercício, Ajuste, Depreciação e amortização, Direito de Extensão da Outorga Repactuação do risco hidrológico, Juros sobre financiamentos, Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível, Marcação de mercado não realizada, Variações nos ativos e passivos, Concessionárias e permissionárias, Despesas antecipadas, I.R. retido na fonte, Outros ativos, Fornecedores, Impostos e contribuições a recolher, Outros passivos, Juros pagos, I.R. e C.S. pagos, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Aquisições de bens do ativo imobilizado, Aplicação em TVM, Resgate em TVM, Receita de aplicação em TVM, Fluxos de caixa das atividades de financiamentos, Pagamento de dividendos, Amortização de financiamentos, Aquisição de financiamento, Aumento de caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.

Notas explicativas sobre as DFs: 1. Informações gerais: A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Cia." ou "PCH Rio do Braço") está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Cia. anônima de capital fechado, constituída em 23/08/2007. A Cia. tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos. ANEEL através do despacho nº 292, de 1/02/2008, aprovou o Projeto Básico da PCH Braço já com a titularidade da empresa para a PCH Rio do Braço. A Cia. foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6/01/2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. pelo período de trinta anos para produção de energia. A Cia. levou dois anos para ser constituída e entrou em operação em 01/02/2011, com 11.520 kW de potência instalada, localizada no rio do Braço, no Município de Rio Claro, no RJ. Através do contrato nº 1155418 de 7/12/2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A. anteriormente denominada Light ESCO-Prestação de Serviços Ltda. a Cia. formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º/02/2011 a 31/12/2025. De acordo com o demonstrado no Balanço Patrimonial o capital circulante líquido (CCL) da Cia. está negativo em R\$ 3.008. Cabe ressaltar, que os valores lançados para fins de financiamento no curto prazo são valores de 12 meses, o que não acontece nos clientes (ativo circulante), pois os valores a receber contemplam apenas 1 mês. Com isso, a Cia. assegura, através de fluxo de caixa orçado que conseguirá arcar com todo o seu passivo circulante, não restando dúvidas sobre a continuidade da Cia.. Em 03/08/2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2919 a Cia. obteve a homologação do prazo de extensão da outorga da usina em 2504 dias, porém a Cia. esta discutindo com a ANEEL a revisão do cálculo do término do prazo de autorização, visto que deveria ser superior. A Cia. foi beneficiada, em termos da Lei 9.427/96 instituída pela ANEEL, art. 26 § 12, que possibilita o deslocamento do prazo, da seguinte forma: início da contagem do prazo de outorga (da data da publicação da autorização para a data de entrada em operação comercial da 1ª UG), aplicável a usinas com prazo de outorga de 30 anos que não tenham sido penalizadas pela ANEEL por atraso no cronograma. A homologação, ocorreu em 14/12/2021 através da Resolução Autorizativa nº 10.972. 1.1 Impactos do COVID 19: 1.1.1 Contexto Geral: Em 11/03/2020, a OMS declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20/03/2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. 1.1.2 Medidas de assistência governamental: Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, a Cia. não adotou nenhuma medida de assistência governamental. 1.1.3 Impacto nas DFs: Considerando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Cia. revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas: • adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional; • monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares; • substituição das reuniões físicas por videoconferências e audiokonferências; • campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações; • reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório; • fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;

* fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo; * fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus; A Cia. preservou o caixa, teve geração positiva de caixa em 2021 e 2020, pagou empréstimos e fornecedores, não precisou acessar financiamentos externos e não sofreu nada relevante que possa afetar a continuidade ou a realização dos ativos. Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e não foram relevantes para a Cia. 2. Resumo das principais políticas contábeis: As DFs da Cia. foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC, em consonância com a lei das S.A.s e evidenciando todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das DFs foi autorizada pela Diretoria em 07/03/2022. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das DFs estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. 2.1 Base de preparação: A preparação de DFs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 3. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Base de mensuração: As DFs foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias de níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 5.3 de instrumentos financeiros. 2.4 Principais políticas contábeis: 2.4.1 Instrumentos financeiros: A Cia. classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, TVM, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizados por caixa. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Cia. não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Cia. em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e ativos financeiros da Cia. compreendem contas a receber (concessionárias e permissionárias) e caixa e equivalentes de caixa. Despesas com juros são reconhecidos no resultado. A Cia. desconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou expiram. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 2.5 Contas a receber de clientes: Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada. 2.6 Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, que inclui: terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e ambientais e custos gerais, totalizando custo de construção da usina hidroelétrica. b. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, baseado na vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Edifícios: 25-30 anos; Máquinas e equipamentos: 22-30 anos; Móveis e utensílios: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos; Veículos: 5 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. c. Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. 2.7 Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. 2.8 Financiamentos: Os financiamentos tomados foram reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). 2.9 Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. 2.10 Demais ativos e passivos: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após dez meses. 2.11 I.R. e C.S. corrente: O I.R. e C.S. do exercício corrente serão determinados mediante a aplicação do percentual das alíquotas de presunção de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta auferida no período de apuração, visto que a Cia. é optante pelo Lucro Presumido. Posteriormente são aplicados a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para I.R. e 9% para a C.S. sobre o lucro líquido sobre a base de presunção. 2.12 Reconhecimento de receita: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (LightCom Comercializadora de Energia S/A). A Cia. reconhece a receita quando realiza a prestação do serviço de geração de energia e o item como parâmetro de contabilização o regime de competência. 2.13 Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos aos acionistas da Cia. é reconhecida como um passivo nas DFs ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Cia.. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15d. 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. a. Perda (impairment) estimada de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cia. ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Em 31/12/2021 e 2020, a Cia. avaliou e não identificou nenhum indicativo de impairment. b. Provisões: A Cia. é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela assessoria jurídica externa com base em seus pareceres e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 14. 4. Novas normas e interpretações ainda não efetuadas: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Cia. são os seguintes: a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas DFs consolidadas da Cia.: Norma: IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2); Descrição da alteração: Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referencial (IBOR). Vigência: 01/01/2021. As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01/01/2021 não produziram impactos relevantes nas DFs. b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2022: Norma: IAS 37 / CPC 25; Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Descrição da alteração: Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência: 01/01/2022. Norma: IAS 16 / CPC 27; Ativo Imobilizado. Descrição da alteração: Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de

itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência: 01/01/2022. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Cia. está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. 5 Gestão de risco financeiro: 5.1 Fatores de risco financeiro: a. Risco de crédito: A Cia. está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Cia.. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2021. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a LightCom Comercializadora de Energia S.A. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da Administração da Cia. e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. b. Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Cia., sendo sua previsão monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Cia. é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir: Vencimentos / Itaú: 2022: 4.224; 2023: 4.138; 2024: 4.138; 2025: 2.414; Total: 14.914. c. Risco de taxa de juros: A Cia. está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause em aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação de IPCA. d. Valorização dos instrumentos financeiros: A Cia. opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Cia., em 31/12/2021 e 2020, estão descritos a seguir: (i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores: Os valores contábeis aproximam-se dos de realização. (ii) Financiamentos e debêntures: Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos e debêntures são muito próximos dos valores contábeis. (iii) Instrumentos financeiros derivativos: A Cia. possui instrumentos financeiros derivativos de Swap. Foi mensurado pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações foram registradas no resultado. 5.2 Gestão de capital: Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Cia.s do setor, a Cia. monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Cia. é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido. Os índices de endividamento em 31/12/2021 e 2020 podem ser assim sumarizados:

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante), Total do patrimônio líquido, Índice de alavancagem financeira.

5.3 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado

Table with columns: 31/12/2021. Rows include Ativos Financeiros, Mensurados pelo valor justo por meio do resultado, Valor Contábil, Valor Justo, Caixa e Equivalentes de caixa, TVM.

Table with columns: 31/12/2021. Rows include Passivos Financeiros, Financiamentos, Valor Contábil, Valor Justo.

Table with columns: 31/12/2020. Rows include Ativos Financeiros, Mensurados pelo valor justo por meio do resultado, Valor Contábil, Valor Justo, Caixa e Equivalentes de caixa, TVM.

Table with columns: 31/12/2020. Rows include Passivos Financeiros, Financiamentos, Valor Contábil, Valor Justo.

5.4 Avaliação dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, TVM são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Hierarquia do valor justo: Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e identificados. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado. 5.5 Análise de Sensibilidade: O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia., com cenário mais provável (cenário Atual) 2º avaliação efetuada pela Administração, com demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II). A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31/12/2021 e 2020.

Table with columns: 31/12/2021. Rows include Premissas, Efeito das Contas sobre Resultado, Saldo, Cenário, Atual, Cenário, 4,75%, CDI %, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras.

Table with columns: 31/12/2020. Rows include Premissas, Efeito das Contas sobre Resultado, Saldo, Cenário, 2,75%, Cenário, 4,75%, CDI %, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Circulante, Aplicações Financeiras (a), Não circulante, Fundos vinculados (b).

(a) Refere-se a aplicação financeira indexada pelo CDI e com liquidez imediata e está representado, por CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI. (b) Os fundos vinculados referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de empréstimo com o Itaú, com a finalidade de garantir real. 7 Concessionárias e Permissionárias: Os valores alocados em suprimento referem-se às contas a receber de energia gerada ao cliente LightCom Comercializadora de Energia S/A, já os valores destacados na conta de energia de curto prazo são contas a receber oriundas de operações no MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da Cia., contabilizadas e liquidadas pela CCEE.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Suprimento-LightCom Comercializadora de Energia S/A, Energia de Curto Prazo-Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A Cia. não possui perda de crédito esperada pois não existem itens vencidos e nem histórico de inadimplência, além da liquidação ocorrer em até 30 dias. 8.1 Imobilizado e Intangível:

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Reser-vatórios, Terre-nos, Edifi-cios, Máqui-nas e equi-pa-mentos, Mo-veis e Ve-ícu-los, Ou-tros, Saldo em 31/12/19, Adições, Transferência, Saldo em 31/12/20, Adições, Baixa, Transferência, Reclas-sificação, Saldo em 31/12/21, Depreciação acumulada, Reser-vatórios, Terre-nos, Edifi-cios, Máqui-nas e equi-pa-mentos, Mo-veis e Ve-ícu-los, Ou-tros, Saldo em 31/12/19, Depreciação, Saldo em 31/12/20, Depreciação, Saldo em 31/12/21, Valor contábil líquido, Saldo em 31/12/2019, Em 31/12/2020, Em 31/12/2021.



Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. CNPJ: 09.024.809/0001-28									
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
8.2 Variação de depreciação entre o resultado e imobilizado, decorrente da baixa de veículo, no valor de R\$ 112. Intangível									
Rendimento de Aplicação Financeira									
Base para cálculo do I.R. e C.S.									
Alíquotas nominal combinada do I.R. e da C.S.-%									
I.R. e C.S. às alíquotas da legislação									
Alíquota Efetiva do I.R. e C.S.									
10 Fomecedores									
Provisão para liquidação de energia de CP									
Outros									
A variação de 2020 para 2021 é referente ao pagamento do GSF no valor de R\$ 22.107.									
11 Financiamentos									
Moeda Nacional									
Taxa anual de juros a.a.									
IPC + 5,05%									
CCB									
Financiamento-principal e juros									
Passivo circulante									
Não-circulante									
O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:									
Empréstimo									
Financiamento									
Itaú									
Total:									
Vencimentos / Itaú: 2023: 4.138; 2024: 4.138; 2025: 2.414; Total: 10.690. b) Em 30/09/2020, a Cia. assinou contrato de financiamento no valor de R\$ 20.000 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: • Data de Entrada do Recurso: 30/09/2020; • Prazo: 58 parcelas, com pagamentos mensais sem carência; • Taxa: IPCA + 5,05%aa; Garantias Concedidas: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Alienação Fiduciária de Ações. Covenants financeiros: Devido a esse financiamento, a Cia. fica obrigada a cumprir o seguinte índice: O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com base no EBITDA dividido pelo serviço da dívida (despesa financeira somada às parcelas de principal das dívidas referentes ao mesmo período (últimos 12 meses). Cabe ressaltar, que o índice citado acima é cumprido pela Cia. c) Em conjunto com a CCB, a Cia. contratou operação de swap de índices, junto ao Banco Itaú S.A. e/ou suas afiliadas, através de uma nota de negociação ("SWAP"), com início em 30/09/2020 e com as seguintes características: • Valor Fixo: R\$ 20.000 • Prazo e Fluxo: mesmo da CCB • Vencimento: 15/07/2025 • Fator de correção CDI, percentagem 100% • Taxa de juros exponencial-3,70% a.a.									
Instrumentos financeiros									
12 Compensação ambiental									
Medidas compensatórias									
Por se tratar de Cia. que possui licenciamento ambiental para realização do empreendimento, a mesma contribui para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, conforme estabelecido no termo nº 36/2006. Desta forma, a Cia. procedeu à provisão do valor mencionado no termo/contrato e parte foi realizada nos exercícios anteriores.									
13 Impostos e Contribuições a Recolher									
Pis sobre Faturamento									
Cofins sobre Faturamento									
Outros									
14 Contingências: A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas imputadas contra a Cia. em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma: I-Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável: São constituídas provisões. II-Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível: As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas. III-Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto: Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis. A Cia. não possui contingências em 31/12/2021 e 2020 com risco de perda provável, de acordo com seus advogados externos. Em 31/12/2021 e 2020, a Cia. possuía as seguintes causas possíveis: A Cia. é parte de um Processo Administrativo / Notificação por parte da SPU-Secretaria de Patrimônio da União, onde é alegado que as margens do Rio do Braço seriam de propriedade da União, e que, portanto, é devida a União uma remuneração pelo uso dessas áreas. • A Cia. entende que a aplicação desse conceito só é válida para rios navegáveis, o que certamente o Rio do Braço não é. Foi apresentada defesa tempestiva e posteriormente foram enviados esclarecimentos adicionais sobre o tema. • Os consultores jurídicos da Cia. entendem que não é devida nenhuma remuneração pois o rio do Braço não é navegável, e não se enquadra no Decreto-lei nº 9.760/46, art. 4º. Nesse sentido, foi apresentado a defesa no referido processo e, portanto, não há valor envolvido. 15 Patrimônio líquido: a. Capital social: O Capital social em 31/12/2021 e 2020 é de R\$ 35.432, representado por 17.096.592 em ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Nos anos de 2020 e 2021, houve modificações no controle acionário, conforme detalhado abaixo: • Em 24/09/2020, houve transferências de ações do Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia para									
Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; • Em 08/01/2021, ocorreu a alteração, conforme Livro de Registro de Ações, do Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, para o BTG Pactual Infraestrutura Divididos Fundo de Investimento Participações Infraestrutura. Mediante as alterações citadas acima, o Capital social passa a ser apresentado da seguinte forma:									
BTG Pactual Infraestrutura Divididos									
Fundo de Invest.Particip. Infraestrutura									
Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia									
b. Destinação do resultado: O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação: 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária. 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório. O saldo remanescente terá a destinação para reserva de lucros até a deliberação dada pela Assembleia Geral. c. Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, a fim atender às limitações do orçamento de caixa da Cia. a ser aprovada em Conselho de Administração. d. Dividendos propostos: Os dividendos propostos referentes aos dividendos mínimos calculados sobre o lucro líquido do exercício de 2020, no montante de R\$ 209, foram pagos ao BTG Pactual Infraestrutura Divididos Fundo de Investimento Participações Infraestrutura em 28/04/2021. Já no exercício de 2021, foram constituídos dividendos mínimos de R\$ 2.272. No exercício de 2021, ocorreram as seguintes deliberações para distribuição de dividendos: • Reunião de Conselho de Administração de 29/01/2021, aprovando a distribuição de dividendos da conta de lucros acumulados, no valor de R\$ 2.079, liquidado em 29/01/2021. • Reunião de Conselho de Administração de 19/04/2021, aprovando a distribuição de dividendos da conta de lucros acumulados, no valor de R\$ 1.450, liquidado em 28/04/2021. e. Dividendos adicionais propostos: No exercício de 2021 e 2020, foram constituídos proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 6.814 e R\$ 625, respectivamente.									
16 Receita líquida									
Fornecimento de energia									
Outras receitas (a)									
Imposto sobre serviços									
(a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica-MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da Cia., contabilizadas e liquidadas pela CCEE-Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.									
17 Custo sobre os serviços prestados									
Pessoal									
Material									
Serviços de terceiros									
Depreciação									
Alugueiros									
Seguros									
Impostos e taxas									
Compra de energia elétrica									
(-) Repactuação do risco hidrológico-Lei 14.052/20 (i)									
(i) Extensão do prazo da concessão.									
18 Despesas Operacionais									
Pessoal									
Material									
Serviços de terceiros									
Depreciação									
Alugueiros									
Impostos e taxas									
19 Resultado financeiro									
Despesas financeiras									
Juros BNDES*									
Juros Financeamento									
Tarifas bancárias									
Despesa com derivativos									
Outras**									
Receitas financeiras: Rendimento de aplicações									
*Refere-se a juros de financiamento com BNDES, liquidado em setembro de 2020.									
**Variação decorrente de atualização monetária, sobre a liminar GSF.									
20 Seguros: Em 31/12/2021, a cobertura de seguros era composta de:									
Risco									
Apólice									
Vigência									
Importância segurada									
Riscos Operacionais									
Responsabilidade Civil									
Veículo									
Marcelo Pedreira de Oliveira-Diretor Presidente; Gliciera dos Santos Lima Alcantara-Contadora-CRC 116761/O-0									
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DFs: Aos Acionistas e Administradores da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. Opinião: Examinamos as DFs da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes: Os valores correspondentes contidos nas DFs referentes ao exercício findo em 31/12/2020, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 1º/03/2021, sem modificação. Responsabilidades da Administração pelas DFs: A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não ter nenhuma alternativa real para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, são livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de sempre auditoria detecta como mesmo distorções relevantes existentes. Como distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas DFs, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existem incertezas relevantes em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas em significativa relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluímos que existem incertezas relevantes, chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossos conclusões estão fundamentados nas evidências de auditoria obtidas até os dados de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive com as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das atividades que constam significativas de auditoria, inclusive com eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 8/03/2022. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Waller da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3									